

IMPACTOS DA LEI Nº 13.415/17 E DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) SOBRE O INTERESSE PELA DOCÊNCIA EM SOCIOLOGIA

Marcos Rangel de Sousa Costa¹
Kássia Sybelli de Oliveira Gomes Barros²
Cristiano das Neves Bodart³

RESUMO

Este artigo apresenta resultados de pesquisa que visou identificar os impactos da Lei nº 13.415/17 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre o interesse de estudantes de licenciatura em Ciências Sociais e em Sociologia em atuar como docentes da disciplina de Sociologia no ensino médio, bem como suas expectativas quanto ao mercado de trabalho e a conclusão do curso. A metodologia consistiu na aplicação de um questionário online junto a graduandos de licenciatura em Ciências Sociais, no qual os participantes responderam questões relacionadas ao interesse pela atuação enquanto professor de Sociologia escolar. Observa-se que a Lei nº 13.415/17 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – somados a outros problemas relacionados à profissão docente – vêm gerando incertezas profissionais e impactando sobre seus interesses em atuar na docência.

Palavras-Chave: Reforma do Ensino Médio. BNCC. Ensino de Sociologia. Docência.

INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia no Brasil viveu, e ainda vive, uma realidade marcada por uma presença intermitente no currículo escolar do secundário brasileiro. Sua obrigatoriedade, após ter sido retirada em 1942, dá-se em 2008, por meio da Lei nº 11.684 (BRASIL, 2008).

A partir de 2008, o cenário que se construía para a Sociologia se mostrava favorável à formação de novos docentes e pesquisadores da temática. Assim, essa normativa contribuiu para que o ensino de Sociologia ocupasse diversos espaço acadêmicos, conformando um subcampo de pesquisa do ensino de Sociologia (FERREIRA; OLIVEIRA, 2015; BODART; 2019), ampliando o número de cursos de licenciatura em Ciências Sociais (OLIVEIRA, 2017; CIGALES; GREINERT, 2020; BODART; TAVARES, 2020).

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Mestrando em Sociologia (UFAL), branco, masculino, Maceió/Alagoas. E-mail: marcos.costa@ics.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Mestranda em Sociologia (UFAL), parda, feminino, Maceió/Alagoas. E-mail: kassiagomes22@hotmail.com.

³ Professor Orientador: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Doutor em Sociologia (USP), branco, masculino, Maceió/Alagoas. E-mail: cristianobodart@gmail.com.

A expectativa da oferta obrigatória da Sociologia no ensino médio e também algumas políticas educacionais “como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) [...] e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)” (BODART; CIGALES, 2017, p. 257) produziram expectativas de que o mercado para professores de Sociologia estava em ascensão e havia maior segurança, ou certeza, quanto a consolidação da presença da Sociologia no ensino médio.

No entanto, o cenário parece – mais uma vez – ser modificado, o que se deu a partir da Lei nº 13.415/17 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A referida lei alterou a LDB, retirando a obrigatoriedade nominal da Sociologia, sendo substituída a redação por “conteúdos e práticas” de Sociologia, a colocando em situação semelhante àquela ditada pelo texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996 (CIGALES; GREINERT, 2020). Assim, a “Reforma do Ensino Médio”, e a BNCC trouxeram um novo cenário e esta pesquisa visou observar se tais mudanças vêm provocando impactos sobre o interesse dos licenciados em Ciências Sociais atuarem na docência.

A Lei nº13.415/17 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019) vem sendo preocupações de docentes de Sociologia do ensino básico, o que ocorre por, ao menos três motivos: a) as dúvidas quanto a manutenção da oferta da Sociologia; b) os impactos sobre a empregabilidade dos docentes de Sociologia; c) as implicações sobre a qualidade do ensino de Sociologia a partir das novas orientações curriculares. A Reforma e a BNCC foram realizadas de forma aligeirada e com participação social duvidosa, tendo sido conduzida por grupos políticos de tendências neoliberais que não coadunam com os ideais de escola pública, democrática e de qualidade.

Cientes dos variados impactos da Lei nº 13.415/17 e da BNCC, realizamos um recorte que visa focar nos impactos do interesse dos licenciados em tornar-se docente nesse novo contexto. Assim, o presente trabalho propôs-se a investigar junto a estudantes de licenciatura em Ciências Sociais de todo o Brasil como a Lei nº13.415/17 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impactam em seus interesses pela docência de Sociologia no ensino médio, suas expectativas quanto ao mercado de trabalho e conclusão do curso.

A relevância desta pesquisa fundamenta-se nas alterações que estão sendo provocadas na educação básica brasileira através da Lei nº13.415/17 que altera o currículo escolar e a oferta das disciplinas como se conhece atualmente. Neste cenário, encontra-se a Sociologia, uma disciplina que, historicamente, enfrentou uma série de dificuldades e desafios para assumir o seu papel na educação e garantir o seu espaço na grade curricular da educação

básica, sendo afetada mais uma vez após sua institucionalização, através da Lei nº11.684/08, que garantiu sua obrigatoriedade em todos os anos do Ensino Médio – última etapa escolar.

A pesquisa que originou este artigo se constituiu de três momentos: a) reflexões sobre as mudanças provocadas pela Lei nº13.415/17 e pela BNCC no ensino de Sociologia; b) investigação junto aos licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia para averiguar os impactos da reforma e da BNCC sobre seus interesses pela docência em Sociologia, a expectativa em relação ao mercado de trabalho e a conclusão de curso; c) sistematização dos dados coletados e; d) análise, discussão e escrita deste artigo.

O artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, mas que traz resultados preliminares importantes, sendo dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais, as quais são: a primeira parte destina-se a apresentação dos procedimentos metodológicos e; a segunda parte voltada à apresentação e discussão de alguns dos dados coletados na pesquisa.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo metodológico desta pesquisa envolveu, num primeiro momento, uma discussão referente aos possíveis impactos da Reforma do ensino médio e da BNCC para o ensino de Sociologia e as condições docentes. Para tanto foi realizada uma revisão de literatura que pudesse orientar a construção de um questionário e as posteriores discussões dos dados coletados.

Visando coletar as expectativas de licenciandos em Ciências Sociais ou Sociologia de todo o país quanto ao mercado de trabalho e a conclusão do curso, criamos um questionário *online*, no *Google Forms*, e divulgamos por meio do *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram* e *e-mail*. A coleta ocorreu entre os dias 16 de abril e 06 de maio de 2021. Ao todo, obtivemos 704 respondentes. Se utilizando de uma “questão filtro” (se o respondente estava cursando a licenciatura em Ciências Sociais ou em Sociologia) chegamos ao número 684 de respondentes válidos.

O questionário é constituído de 19 questões que buscam conhecer perfil dos respondentes, sendo distribuídas em cinco seções, sendo: a Seção 1 a apresentação da pesquisa e sua finalidade; a Seção 2, dividida em duas partes, onde coletou-se informações acadêmicas dos respondentes; a Seção 3, que coleta-se informações sobre a formação acadêmica dos respondentes; Seção 4, informações socioeconômicas; e, por fim, Seção 5, onde busca-se coletar informações dos respondentes sobre seus conhecimentos acerca da Lei nº 13.415/17 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os objetivos relacionam a

compreensão das expectativas dos licenciandos e seus respectivos perfis para cruzamentos de variáveis e análises posteriores. Neste artigo apresentamos os dados gerais coletados. Os primeiros dados referentes ao perfil dos respondentes passamos a apresentar no início da seção seguinte.

2 IMPACTOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA BNCC SOBRE AS PERSPECTIVAS DOS LICENCIANDOS QUANTO À DOCÊNCIA EM SOCIOLOGIA

Nesta seção são apresentados os dados gerais da pesquisa, bem como a realização de discussões preliminares dos mesmos. A escolha por apresentar os dados gerais dá-se pelos limites físicos impostos neste formato de divulgação científica.

Chamamos a atenção para o fato de se tratar de um estudo de percepção, mais precisamente de estudantes dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia, o que envolve graus diferentes de contextualização do problema que circunda essa pesquisa: a Reforma do Ensino Médio e a BNCC.

2.1 Perfil dos participantes da pesquisa

Os participantes somam 684 estudantes da licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia de 99 instituições brasileiras, sendo 254 (37,1%) do sexo masculino e 420 (61,4%) do sexo feminino, não-binário/outros 10 (1,5%). Ao todo, a pesquisa contou com participantes de 76 cidades dos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal. Referente à distribuição por faixa etária dos respondentes, 73% possuem até 30 anos, 19% de 31 a 45 anos e 8% mais de 45 anos. A moda é entre 21 e 25 anos.

Quanto ao tipo de instituição, 89% cursam a licenciatura em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas – sendo 33% em estaduais e 56% em federal – e 11% em IES privadas. Quanto à modalidade de ensino, 87% cursam a licenciatura na modalidade presencial, 1% na modalidade semipresencial e 12% na modalidade Educação a Distância (EaD).

Em se tratando de renda do chefe de família, observamos que dentre os respondentes 2% possui rendimento acima de R\$11.262; 38% possui renda de R\$8.641 a R\$1.261; 40% possui renda de R\$2.005 a R\$8.640; 24% possui renda de R\$1.255 a R\$2.004; 27% possui renda de 0 a R\$1.254; 1% não soube responder sua renda.

A escolaridade do chefe da família se distribui da seguinte forma: 2,3% Analfabeto; 14,5% Ensino Fundamental Incompleto; 3,9% Ensino Fundamental Completo; 5,8% Ensino Médio incompleto; 19,6% Ensino Médio completo; 14,9% Ensino Superior incompleto; 31,9% Ensino Superior completo; 5% Mestrado e 2% Doutorado.

Segundo 33,3% dos respondentes, alguém em sua família foi ou é docente, ao tempo em que 66,7% não possui docentes em sua família.

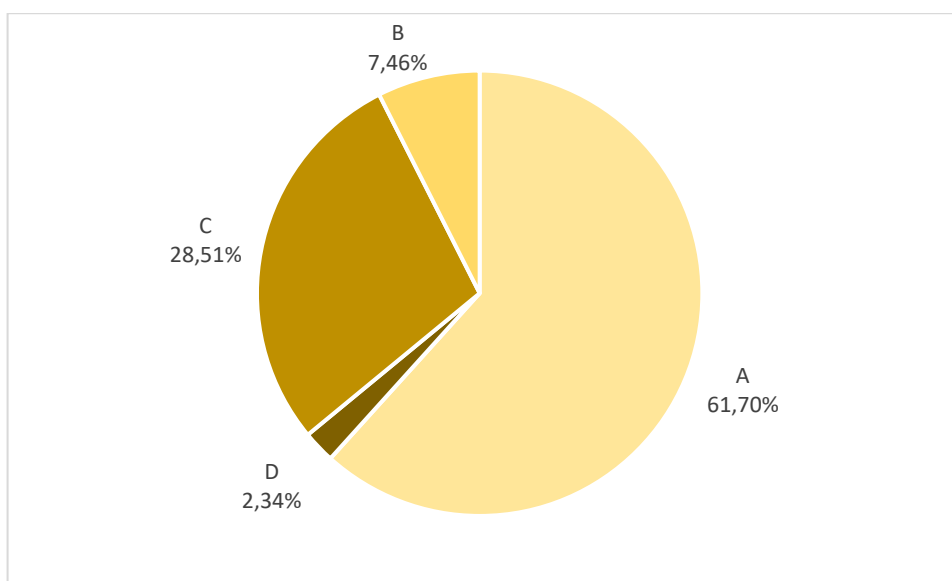
2.2 A expectativa dos licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia quanto ao futuro da oferta de Sociologia após a Reforma do Ensino Médio e da BNCC

A Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017) e a BNCC (Brasil, 2018) vem sendo tema de diversas *lives*⁴ e notas⁵ organizadas por entidades e professores de Sociologia bem como de alguns artigos, tais como aqueles publicado por Bodart e Feijó (2020), Bodart (2017), Handfas e Teixeira (2007), Raizer *et al* (2017) e Moraes (2017) que trazem aspectos que nos levam à hipótese de que esteja impactando negativamente a percepção dos futuros docentes quanto a presença da Sociologia no ensino médio. A esse respeito já havia afirmado Bodart (2020, p. 132) que “as mudanças promovidas pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, denominada Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), desencadearam uma série de dúvidas e incertezas entre os(as) professores(as), inclusive de Sociologia”. Visando checar tal hipótese, apresentamos aos 684 licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia a seguinte questão, acompanhada de quatro alternativas: com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC você acredita que a Sociologia vai, A)Ter a sua carga-horária reduzida no ensino médio na maioria das escolas; B)Ter a sua carga-horária ampliada no ensino médio na maioria das escolas; C)Ser excluída do currículo na maioria das escolas; D)Continuar como antes na maioria das escolas. Os dados são apresentados no Gráfico 1.

⁴ Conforme lives, eventos e programas que discutem a BNCC e a Reforma do Ensino Médio disponíveis no YouTube nos endereços: <https://www.youtube.com/watch?v=NRI-rlxkGKA>, <https://www.youtube.com/watch?v=juuIQZz2qYI>, <https://www.youtube.com/watch?v=GOjtYgajqf8> e <https://www.youtube.com/watch?v=eTowriTeNd8>.

⁵ Tal como as notas emitidas pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS)

Gráfico 1 – Expectativa quanto a situação da Sociologia no ensino médio após a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e a BNCC (BRASIL, 2018).



Fonte: Elaboração própria.

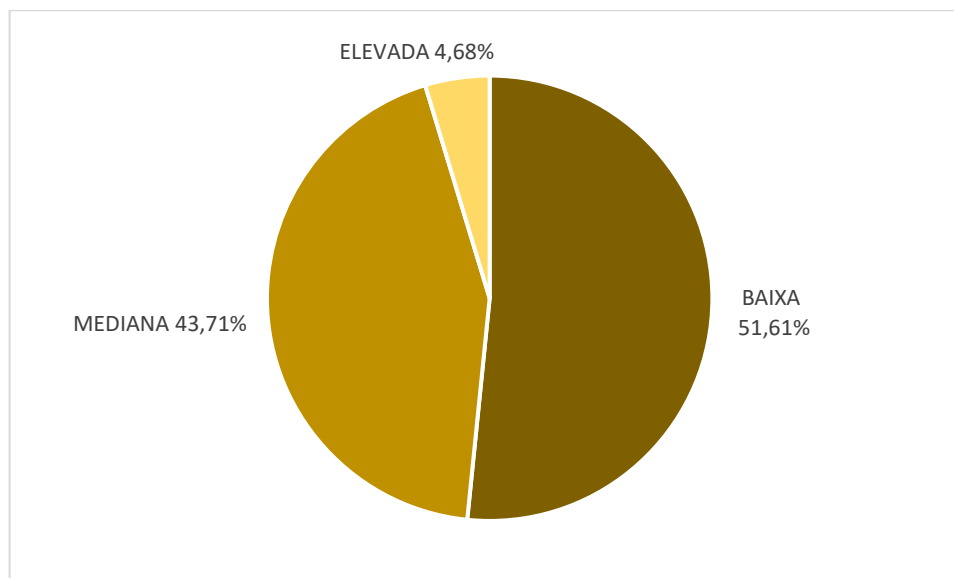
Por meio do gráfico 1 nota-se que, a expectativa de que a carga horária da Sociologia no ensino médio será reduzida após a Reforma do Ensino Médio e da BNCC predomina entre os respondentes, com percentual de 61,70%. O percentual de respondentes que acreditam em sua exclusão do currículo é relativamente elevado, de 28,51%, ainda que a Reforma do Ensino Médio preveja a ampliação da carga horária geral de 800 para 1000 horas até o ano de 2022. Por outro lado, poucos, 2,34%, acreditam que a carga horária da disciplina seja ampliada. Esses dados confirmam nossa hipótese inicial de que há uma percepção de que tal reforma e diretriz curricular trará impactos negativos para a oferta da Sociologia. Tal percepção se explica pelos constantes ataques à Sociologia e pelo seu histórico intermitente no currículo obrigatório do ensino secundário brasileiro. Somada ao processo de desdisciplinarização do currículo, a “indicação abstrata de “estudos e práticas” de Sociologia — vêm gerando incertezas quanto ao futuro desse componente disciplinar na educação básica” (BODART, 2020).

2.3 A expectativa dos licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia quanto ao mercado de trabalho após a Reforma do Ensino Médio e da BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais, competências e habilidades que todo estudante deve desenvolver ao longo da Educação Básica. A BNCC abre lacunas para incertezas que impactam sobremaneira a forma e a

presença da Sociologia (BODART; FEIJÓ, 2020), presença essa que influencia nas expectativas dos licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia, pois, a educação básica será o mercado de trabalho almejado. O gráfico a seguir traz dados de alunos de 99 Instituições de Ensino Superior.

Gráfico 2 – Expectativa dos licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia quanto ao mercado de trabalho após a Reforma do Ensino Médio e da BNCC (BRASIL, 2018).



Fonte: Elaboração própria.

A graduação em Ciências Sociais e em Sociologia são o ponto inicial para o ingresso no mercado de trabalho, formando para atuação na área do conhecimento, sendo ofertados por instituições de ensino públicas e privadas com ofertas de cursos presenciais e a distância.

O Gráfico 2 apresenta o resultado das 684 respostas dadas na pergunta “Com a Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), qual a sua expectativa quanto ao mercado de trabalho para atuar como professor(a) de Sociologia no Ensino Médio?”. Obtivemos um percentual de 51,61% (353 respostas) para baixa, 43,71% (299 respostas) mediana e 4,68% (32 respostas) para expectativa elevada.

As expectativas dos licenciandos é um reflexo do contexto em que a Sociologia está inserida, a história da Sociologia Escolar está fortemente marcada pelas mudanças curriculares do ensino secundário brasileiro, de modo que compreendê-la demanda conhecer as principais alterações curriculares nesse nível de ensino (BODART; FEIJÓ, 2020). A Reforma do Ensino Médio é mais uma mudança que provoca incertezas quanto ao mercado de trabalho que os atuais estudantes encontrarão depois de formados.

A disciplina de Sociologia tem um histórico de intermitências, a partir de 1980. A mesma retornou às salas de aula como disciplina no ensino médio, não sendo obrigatória na grade curricular. Segundo Mello (2000), desde 1980 os sistemas de ensino público e privado vêm passando por processos de reforma educacional, em âmbito estadual, local ou mesmo nas unidades escolares. No ano de 2009 a Sociologia volta às escolas como disciplina obrigatória para estudantes do ensino médio brasileiro, após a aprovação da Lei nº 11.684/08, que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Tal relação de proximidade do estudante com a disciplina tem como meta a desnaturalização ou explicações dos fenômenos sociais existentes.

2.4 A expectativa dos licenciandos em Ciências Sociais e Sociologia quanto a conclusão do curso após a Reforma do Ensino Médio e da BNCC

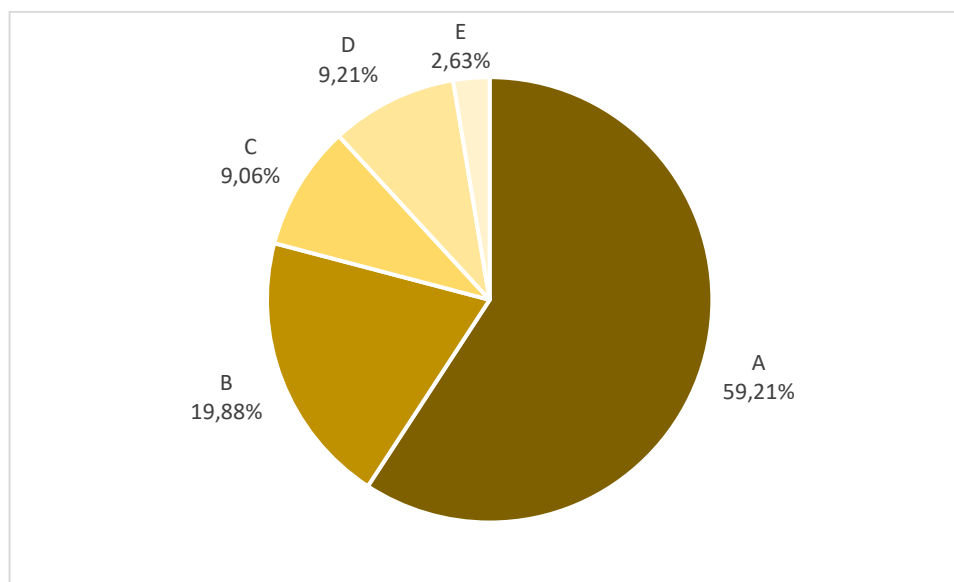
A prática docente é um grande desafio, tendo em vista os inúmeros obstáculos pelos quais os professores de ensino médio se deparam em seu cotidiano (ALENCAR; GRADELA, 2017). Os professores de Sociologia, em especial, defrontam-se com dificuldades inerentes à disciplina, tendo em vista o seu caráter intermitente no currículo escolar brasileiro: falta de tradição da disciplina que pode ter influenciado na dificuldade em estabelecer um padrão nos conteúdos curriculares, materiais didáticos, práticas pedagógicas, condições estruturais para o exercício docente, dentre outros (BODART, 2017; HANDFAS; TEIXEIRA, 2007; RAIZER *et al*, 2017; MORAES, 2017).

Esses são fatores que fazem parte do cotidiano escolar dos professores. O professor de Sociologia enfrenta uma realidade específica em virtude da intermitência da disciplina, um processo de exclusão e inclusão da Sociologia no currículo escolar que pareceu ter-se encerrado em 2008. Contudo, a partir da Reforma do Ensino Médio em 2017 e com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, a disciplina teve sua obrigatoriedade excluída nominalmente do currículo escolar, sendo substituída por “estudos e práticas” de Sociologia (BODART, 2020; BODART; FEIJÓ, 2020).

A partir desse novo contexto político e educacional em que se encontra a Sociologia, fizemos o seguinte questionamento aos entrevistados para identificar suas pretensões em relação às suas graduações: Atualmente, você está pretendendo, A) Concluir o curso e atuar profissionalmente como docente; B) Concluir o curso e atuar profissionalmente em outra área;

C) Concluir o curso e iniciar outra graduação para mudar de área; D) Não sei; E) Parar/trancar/abandonar o curso. O Gráfico 3 apresenta os resultados gerais:

Gráfico 3 - Expectativas dos licenciandos em relação às suas graduações após a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) e BNCC (BRASIL, 2018)



Fonte: Elaboração própria

Diante dos resultados, podemos observar que apenas 2,63% dos 684 entrevistados têm a pretensão de parar, trancar ou abandonar o curso de graduação, ao tempo que 59,21% possui a expectativa de concluir sua graduação e atuar profissionalmente como docente. Esta é uma representação bastante emblemática, tendo em vista que 51,61% e 43,71% tem expectativas Baixa e Mediana, respectivamente, quanto ao mercado de trabalho para atuar como professor(a) de Sociologia, conforme indica o Gráfico 2. Ainda, 19,88% tem pretensão de concluir o curso e atuar profissionalmente em outra área, 9,06% pretende concluir o curso e iniciar outra graduação para mudar de área e 9,21% não sabe o que pretende fazer.

O que podemos observar nestes números é que, ainda que muitos graduandos tenham baixas expectativas com a possibilidade de atuar como docente de Sociologia, suas pretensões de atuar na área continuam mantidas. Mesmo que a Reforma do Ensino Médio indique um futuro pouco promissor para a disciplina, os graduandos mantêm suas pretensões profissionais. O que se caracteriza um fator positivo, pois ainda que a Reforma desmotive os licenciandos, seu interesse em atuar no campo docente pode refletir-se em um grupo de novos professores que atuem pela manutenção da disciplina no currículo escolar sem impactos negativos que comprometam o ensino da Sociologia.

Os 59,21% que pretendem atuar no campo docente também pode representar que esta é a principal e, talvez, a única via de atuação profissional em que esses licenciandos se vêem e, por isso, decidam concluir o curso sob a perspectiva de revogação da Lei nº 13.415/17.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os resultados desta pesquisa sejam preliminares, tendo em vista que a mesma continua com a investigação, observamos que a Lei nº 13.415/17 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – somados a outros problemas relacionados à profissão docente – vêm gerando incertezas profissionais e impactando sobre a expectativa após a Reforma, porém o interesse em atuar na docência se mantenha elevado.

O futuro da Sociologia na educação básica está relegado aos interesses das secretarias estaduais de educação em ofertar o itinerário formativo e, ainda que seja ofertado e optado pelo estudante, não há garantias quanto à oferta da Sociologia enquanto disciplina, abrindo espaço para atuação de profissional não licenciados na área. Da mesma forma que a institucionalização da disciplina através da Lei nº 11.684/08 motivou a abertura de cursos de licenciatura em Ciências Sociais, a Reforma do Ensino Médio pode afetar tanto na expectativa dos estudantes de graduação em lecionar Sociologia na Educação Básica (ainda que o interesse em atuar no campo docente permaneça), como também pode afetar no interesse de estudantes de ensino médio em cursar Ciências Sociais.

A retirada e diluição da disciplina enfraquece e retrocede anos de luta pela sua reintrodução e permanência no currículo escolar do ensino médio, bem como na construção das reflexões sobre a educação brasileira. Portanto, observamos nesta pesquisa que, embora os estudantes de graduação mantenham o interesse em atuar na docência, há uma insegurança quanto ao futuro da profissão em lecionar Sociologia no ensino médio e a manutenção da disciplina nesta etapa escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Wilma Almeida da Silva; GRADELA, Adriana. Os desafios da prática docente no Ensino Médio da sociedade moderna brasileira. **Revaf**, vol. 7, n.13, agosto, 2017. Disponível em: <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revaf/article/view/8/5>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BRASIL, Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio**, Brasília, DF, jun. 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL, LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. *In: Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.48, n. 2, jul./dez., 2017.

BODART, Cristiano das Neves. A construção conceitual e empírica do “subcampo” ensino de Sociologia. *In: BODART, Cristiano das Neves; SAMPAIO-SILVA, Roniel. O ensino de Sociologia no Brasil. Vol.2*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp.11-38.

BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia no contexto da BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e as intencionalidades educativas na e para além das competências. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (CABECS)**, v.4, nº.2, p. 131-153, jul./dez. 2020.

BODART, Cristiano das Neves. Prática de Ensino de Sociologia: as dificuldades dos professores alagoanos. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, mai/ago 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30442>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As Ciências Sociais no Currículo do Ensino Médio Brasileiro. **Rev. Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n.2, p. 219-234, maio/agos. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Os cursos de Ciências Sociais e Sociologia no Brasil: história e configurações. **Cadernos de Educação**. n. 64. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/17540>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CIGALES, Marcelo; GREINERT, D. O debate sobre o currículo de Ciências Sociais: da lei 11.684/2008 à BNCC/2018. *In: Rev. Espaço do Currículo* (online), João Pessoa, v.13, n.2, maio/agos. 2020.

FERREIRA, V. do R.; OLIVEIRA, A. P. de. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *In: Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, V. 37, n. 1, Jan-Jun. 2015. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/25623/pdf_41. Acesso em: 10 mar. 2021.

HANDFAS, Anita; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, jan/jun 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3392/2762>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MELLO, Guiomar Namó de. Formação Inicial de Professores para a Educação Básica: uma (re)visão radical. **São Paulo em Perspectiva**, 14. São Paulo, 2000.

MORAES, Amaury Cesar. O Ensino de Sociologia: mediação entre o que se aprende na Universidade e o que se ensina na Escola. **Teoria e Cultura**. V.12, n.1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12306#:~:text=No%20n%C3%ADvel%20superior%2C%20prevalece%20uma,s%C3%ADnteses%20acerca%20de%20temas%20propostos>. Acesso em: 15 mai. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. A expansão e o perfil dos novos cursos de formação de professores de Ciências Sociais no Nordeste. **Revista Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 12 n. 1, jan/jun. 2017.

RAIZER, Leandro *et al.* O ensino da disciplina de Sociologia no Brasil: diagnóstico e desafios para a formação de professores. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 190, março/2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/35759>. Acesso em: 15 mai. 2021.